

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	51
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	54
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	527.266
Preferenciais	0
Total	527.266
Em Tesouraria	
Ordinárias	815
Preferenciais	0
Total	815

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	4.885.344	4.152.837
1.01	Ativo Circulante	1.336.933	808.458
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	366.891	179.243
1.01.03	Contas a Receber	639.847	504.173
1.01.03.01	Clientes	639.847	504.173
1.01.04	Estoques	11.280	11.627
1.01.06	Tributos a Recuperar	42.699	24.374
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	42.699	24.374
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição a compensar	22.122	9.351
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	20.577	15.023
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.709	9.257
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	269.507	79.784
1.01.08.03	Outros	269.507	79.784
1.01.08.03.01	Ativo financeiro setorial	165.530	20.668
1.01.08.03.02	Outros créditos	103.977	59.116
1.02	Ativo Não Circulante	3.548.411	3.344.379
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.009.812	1.850.236
1.02.01.04	Contas a Receber	116.231	113.340
1.02.01.04.01	Clientes	116.231	113.340
1.02.01.07	Tributos Diferidos	318.679	367.361
1.02.01.07.01	Créditos Fiscais diferidos	318.679	367.361
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.574.902	1.369.535
1.02.01.10.03	Depósito Judiciais	66.187	65.465
1.02.01.10.04	Tributos a compensar	32.980	28.436
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro setorial	70.050	51.461
1.02.01.10.06	Ativo financeiro da concessão	1.333.048	1.198.822
1.02.01.10.07	Outros créditos	166	22.114
1.02.01.10.08	Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.565	3.237
1.02.01.10.09	Derivativos	69.906	0
1.02.03	Imobilizado	13.678	24.039
1.02.04	Intangível	1.524.921	1.470.104

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	4.885.344	4.152.837
2.01	Passivo Circulante	869.387	784.576
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18.394	24.432
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	18.394	24.432
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	18.394	24.432
2.01.02	Fornecedores	506.907	405.418
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	506.907	405.418
2.01.03	Obrigações Fiscais	83.148	76.443
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	42.592	38.899
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	2
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	4.737	5.352
2.01.03.01.03	Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	21.910	16.479
2.01.03.01.04	PIS COFINS parcelamento	10.747	0
2.01.03.01.05	Outras obrigações	5.198	17.066
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	40.556	37.544
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	40.556	37.544
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	41.405	32.133
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	27.162	20.008
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	27.162	20.008
2.01.04.02	Debêntures	14.243	12.125
2.01.05	Outras Obrigações	219.533	158.585
2.01.05.02	Outros	219.533	158.585
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	69.446	77.428
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	143.464	81.123
2.01.05.02.07	Derivativos	6.602	0
2.01.05.02.08	Entidade Previdência Privada	21	34
2.01.06	Provisões	0	87.565
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	55.418
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	25.297
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	0	30.121
2.01.06.02	Outras Provisões	0	32.147
2.01.06.02.04	Provisões regulatórias	0	32.147
2.02	Passivo Não Circulante	2.326.545	1.762.779
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.816.993	1.342.197
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	903.398	31.093
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	16.891	31.093
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	886.507	0
2.02.01.02	Debêntures	913.595	1.311.104
2.02.02	Outras Obrigações	335.965	337.768
2.02.02.02	Outros	335.965	337.768
2.02.02.02.03	Entidade de previdência privada	80.154	77.589
2.02.02.02.06	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	11.504	18.839
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	105.211	112.902
2.02.02.02.08	Fornecedor	139.096	128.438
2.02.04	Provisões	173.587	82.814

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	173.587	82.814
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	27.925	21.846
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	53.127	38.890
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	39.754	22.078
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórios	52.413	0
2.02.04.01.06	Outros	368	0
2.03	Patrimônio Líquido	1.689.412	1.605.482
2.03.01	Capital Social Realizado	1.495.084	1.495.084
2.03.02	Reservas de Capital	103.545	103.545
2.03.04	Reservas de Lucros	62.725	62.725
2.03.04.01	Reserva Legal	59.302	59.302
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	11.479	11.479
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-8.056	-8.056
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	75.113	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-47.055	-55.872

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	993.801	2.759.830	944.008	2.456.292
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-860.102	-2.324.706	-893.978	-2.216.429
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-700.435	-1.860.168	-693.671	-1.653.362
3.02.02	Custo de Operação	-72.111	-220.139	-88.642	-262.720
3.02.03	Custo com Serviços Prestados a Terceiros	-87.556	-244.399	-111.665	-300.347
3.03	Resultado Bruto	133.699	435.124	50.030	239.863
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-90.504	-210.773	-163.888	-289.127
3.04.01	Despesas com Vendas	-30.024	-66.038	-21.332	-59.562
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-42.152	-102.337	-135.449	-208.243
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-18.328	-42.398	-7.107	-21.322
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	43.195	224.351	-113.858	-49.264
3.06	Resultado Financeiro	-30.887	-87.279	-33.701	-93.521
3.06.01	Receitas Financeiras	21.391	61.363	15.831	62.322
3.06.02	Despesas Financeiras	-52.278	-148.642	-49.532	-155.843
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	12.308	137.072	-147.559	-142.785
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.121	-52.652	48.336	42.822
3.08.01	Corrente	7.167	-3.717	861	1.563
3.08.02	Diferido	-13.288	-48.935	47.475	41.259
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	6.187	84.420	-99.223	-99.963
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	6.187	84.420	-99.223	-99.963
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação	11,75000	160,36000	-188,48000	-189,88000
3.99.01.01	ON	0,00000	0,00000	-188,48000	-189,88000
3.99.01.02	PN				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	6.187	84.420	-99.223	-99.963
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.340	8.816	0	0
4.02.01	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	1.340	8.816	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.527	93.236	-99.223	-99.963

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	21.082	218.219
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	384.803	285.736
6.01.01.01	Prejuízo Líquido Antes da CSLL e IRPJ	137.072	-142.785
6.01.01.02	Amortização	128.013	109.050
6.01.01.03	Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	0	52.381
6.01.01.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.751	22.077
6.01.01.06	Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhista e regulatórios	21.371	67.448
6.01.01.07	Encargos de dívidas e atualização monetárias e cambiais	56.133	149.418
6.01.01.08	Despesa (receita) com entidade de previdência privada	7.383	7.377
6.01.01.10	Perda (ganho) na baixa de não circulante	21.080	20.770
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-269.365	27.715
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-167.566	77.442
6.01.02.02	Tributos a compensar	-715	-5.135
6.01.02.03	Almoxarifado	0	643
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	1.031	-12.270
6.01.02.05	Ativo Fianheiro Setorial	-162.371	-41.312
6.01.02.06	Contas a Receber CDE	11.002	-21.609
6.01.02.07	Outros Ativos Operacionais	-77.745	430
6.01.02.09	Fornecedores	112.146	114.975
6.01.02.10	Outras obrigações com entidade de previdência privada	-4.830	-4.475
6.01.02.11	Passivo Financeiro Setorial	0	-53.453
6.01.02.12	Outros tributos e contribuições	-628	-30.818
6.01.02.14	Txas Regulamentares	-7.982	7.986
6.01.02.16	Processos Fiscais, Cíveis, Trabalhistas e Regulatório	-34.952	-13.170
6.01.02.17	Contas a pagar CDE	23.270	0
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	39.975	8.481
6.01.03	Outros	-94.356	-95.232
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição pagos	-25.200	-80.711
6.01.03.02	Encargos de Dívida e Debêntures pagos	-69.156	-14.521
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-234.514	-267.895
6.02.03	Adições do intangível	-234.514	-267.895
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	401.078	-9.830
6.03.01	Amortização de principal de empréstimo e debêntures	-925.549	-9.830
6.03.02	Captação de empréstimos e debêntures	1.333.441	0
6.03.03	Liquidação de operações com derivativos	-6.814	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	187.646	-59.506
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	179.243	145.925
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	366.889	86.419

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.495.084	95.489	70.781	0	-55.872	1.605.482
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.495.084	95.489	70.781	0	-55.872	1.605.482
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	75.112	8.816	83.928
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	84.420	0	84.420
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-9.308	8.816	-492
5.05.02.06	Efeitos da Aplicação inicial do CPC 48	0	0	0	-9.308	0	-9.308
5.05.02.07	Outros resultados abrangentes, risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	8.816	8.816
5.07	Saldos Finais	1.495.084	95.489	70.781	75.112	-47.056	1.689.410

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.386.558	-4.492	96.003	0	-56.439	1.421.630
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.386.558	-4.492	96.003	0	-56.439	1.421.630
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-99.963	0	-99.963
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-99.963	0	-99.963
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-99.963	0	-99.963
5.07	Saldos Finais	1.386.558	-4.492	96.003	-99.963	-56.439	1.321.667

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	4.553.133	3.997.631
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.322.486	3.719.361
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	244.398	300.347
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-13.751	-22.077
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.451.619	-2.403.731
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.055.539	-1.835.279
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-307.600	-355.499
7.02.04	Outros	-88.480	-212.953
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-88.480	-212.953
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.101.514	1.593.900
7.04	Retenções	-128.344	-109.929
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-107.022	-109.929
7.04.02	Outras	-21.322	0
7.04.02.01	Amortização do Intangível de concessão	-21.322	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.973.170	1.483.971
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	65.666	66.432
7.06.02	Receitas Financeiras	65.666	66.432
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.038.836	1.550.403
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.038.836	1.550.403
7.08.01	Pessoal	127.235	135.236
7.08.01.01	Remuneração Direta	72.009	91.680
7.08.01.02	Benefícios	49.332	33.880
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.894	9.676
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.664.483	1.345.675
7.08.02.01	Federais	760.003	556.893
7.08.02.02	Estaduais	903.911	788.480
7.08.02.03	Municipais	569	302
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	162.698	169.455
7.08.03.01	Juros	150.375	157.201
7.08.03.02	Aluguéis	12.323	12.254
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	84.420	-99.963
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	84.420	-99.963

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – RGE Sul

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	3º Trimestre			9 meses		
	2018	2017	Variação	2018	2017	Variação
Receita operacional bruta	1.644.807	1.431.812	14,9%	4.566.884	4.017.175	13,7%
Fornecimento de energia elétrica (*)	1.130.903	861.835	31,2%	3.330.952	2.884.553	15,5%
Suprimento de energia elétrica (*)	143.543	150.664	-4,7%	205.786	283.861	-27,5%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	87.555	111.665	-21,6%	244.398	300.347	-18,6%
Outras receitas operacionais	189.133	118.234	60,0%	598.300	453.077	32,1%
Ativo e passivo financeiro setorial	93.673	189.414	-50,5%	187.448	95.337	96,6%
Deduções da receita operacional	(651.005)	(487.804)	33,5%	(1.807.054)	(1.560.883)	15,8%
Receita operacional líquida	993.801	944.008	5,3%	2.759.830	2.456.292	12,4%
Custo com energia elétrica	(700.435)	(693.671)	1,0%	(1.860.168)	(1.653.362)	12,5%
Energia comprada para revenda	(632.683)	(607.365)	4,2%	(1.571.542)	(1.488.231)	5,6%
Encargo de uso do sist transm distrib	(67.752)	(86.305)	-21,5%	(288.627)	(165.130)	74,8%
Custos e despesas operacionais	(250.172)	(364.195)	-31,3%	(675.311)	(852.193)	-20,8%
Pessoal	(39.840)	(35.978)	10,7%	(118.941)	(117.260)	1,4%
Entidade de previdência privada	(2.461)	(2.466)	-0,2%	(7.383)	(7.377)	0,1%
Material	(5.594)	(7.247)	-22,8%	(15.525)	(23.038)	-32,6%
Serviço de terceiros	(29.349)	(30.921)	-5,1%	(82.030)	(93.154)	-11,9%
Amortização	(32.680)	(29.710)	10,0%	(106.691)	(87.728)	21,6%
Amortização de intangível de concessão	(7.107)	(7.107)	0,0%	(21.322)	(21.322)	0,0%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(87.555)	(111.665)	-21,6%	(244.398)	(300.347)	-18,6%
Outros	(45.585)	(139.101)	-67,2%	(79.022)	(201.968)	-60,9%
Resultado do serviço	43.195	(113.857)	-137,9%	224.351	(49.264)	-555,4%
Resultado financeiro	(30.887)	(33.701)	-8,3%	(87.278)	(93.522)	-6,7%
Receitas financeiras	21.391	15.831	35,1%	61.364	62.322	-1,5%
Despesas financeiras	(52.278)	(49.532)	5,5%	(148.642)	(155.843)	-4,6%
Resultado antes dos tributos	12.308	(147.559)	-108,3%	137.072	(142.785)	-196,0%
Contribuição social	(1.585)	12.802	-112,4%	(13.957)	11.350	-223,0%
Imposto de renda	(4.536)	35.534	-112,8%	(38.695)	31.472	-223,0%
Resultado Líquido do Período	6.187	(99.223)	-106,2%	84.420	(99.963)	-184,5%
EBITDA	82.982	(77.040)	-207,7%	352.364	59.787	489,4%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho, não foi realizada a reclassificação de receita de disponibilidade de rede ao consumidor cativo - TUSD (nota 23)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 3º trimestre de 2018 foi de R\$ 1.644.807, apresentando aumento de 14,9% (R\$ 212.995) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 1.557.252, apresentando aumento de 19,4% (R\$ 257.104) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 31,2% (R\$ 269.068), pelo aumento de: (i) tarifa média decorrente principalmente do reajuste tarifário de abril de 2018 de 22,47% (percepção do consumidor) e pelo impacto da aplicação da bandeira tarifária, predominantemente vermelha patamar 2 no período; compensado pela (ii) redução de 7,5% no volume de energia elétrica vendida.
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** redução de 4,7% (R\$ 7.121), principalmente na redução de volume de energia elétrica comercializada no curto prazo, associado às recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores.
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 60,0% (R\$ 70.899) basicamente pelos aumentos em: (i) receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD livre (R\$ 30.005), em função principalmente do reajuste tarifário positivo de abril de 2018, bem como pela migração de clientes para o ambiente de contratação livre (ii) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 29.522), (iii) subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) (R\$ 17.004), compensado parcialmente pela redução: (iv) registro de compensações pagas por descumprimento dos limites de continuidade (R\$ 4.809) e (v) outras receitas e rendas (R\$ 823).
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** redução na receita de 50,5% (R\$ 95.741), basicamente: (i) amortização dos ativos e passivos homologados e (ii) diferimento CVA de Itaipu, CDE, Proinfra, compensado parcialmente pelo diferimento de sobrecontratação, encargos de serviço de sistema e encargos de rede básica.

Comentário do Desempenho

Quantidade de energia vendida

No 3º trimestre de 2018, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras concessionárias e permissionárias, foi levemente menor em 0,1% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial representa 42,5% do total do mercado total fornecido pela distribuidora. O consumo registrou crescimento de 3,9% no 3º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. Salientamos que parte desse crescimento se deve às temperaturas mais elevadas no 3º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior.

A classe comercial, que representa 15,5% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 6,1% no 3º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho reflete principalmente o efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 14,6% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 5,9% no 3º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho reflete o efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 27,3% do mercado total fornecido pelas distribuidoras. Estas classes apresentaram crescimento de 0,9% no 3º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve crescimento de 2,9% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresenta crescimento na classe residencial de 4,0% e na industrial de 4,8%, na classe comercial uma retração de 2,1%. As demais classes de consumo apresentaram um crescimento de 1,2%.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 3º trimestre de 2018 foram de R\$ 651.005 apresentando aumento de 33,5% (R\$ 163.201) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelos aumentos em: (i) ICMS (R\$ 82.123); (ii) PIS e COFINS (R\$ 39.669), (iii) Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (R\$ 33.031), (iv) bandeiras tarifárias (R\$ 6.852), (v) PROINFA (R\$ 721) e (vi) Programa de P&D e Eficiência Energética (R\$ 515).

Custo com energia elétrica

No 3º trimestre de 2018 o custo com energia elétrica foi de R\$ 700.435 apresentando um aumento de 1,0% (R\$ 6.764) em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

Energia comprada para revenda: aumento de 4,2% (R\$ 25.318) em função: (i) aumento de 13,4% no preço médio, justificado principalmente pela elevação do preço de liquidação de diferenças ("PLD"), bem como pela da variação positiva do dólar no trimestre de 2018, compensados parcialmente pela (ii) redução de 7,3% no volume de energia comprada.

Encargos do uso do sistema de distribuição: redução de 21,5% (R\$ 18.553), impactado principalmente pelas reduções em: (i) encargos de rede básica (R\$ 13.927), (ii) encargos de serviço do sistema (ESS) líquido do repasse da CONER e encargos de energia de reserva (EER) (R\$ 12.307), (iii) crédito de PIS e COFINS (R\$ 3.077); compensado pelos aumentos (iv) encargos de conexão (R\$ 2.483), (v) encargos de uso do sistema de distribuição (R\$ 1.145) e (vi) encargos de transporte de Itaipu (R\$ 975).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 250.172 no 3º trimestre de 2018, apresentando uma redução de 31,3% (R\$ 114.023) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 162.617, apresentando redução de 35,6% (R\$ 89.913).

Comentário do Desempenho

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 122.829 neste trimestre, uma redução de 43,1% (R\$ 92.885) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 10,7% (R\$ 3.862), principalmente pelos ajustes realizados no trimestre de 2018, decorrente dos reflexos da Resolução nº 699/ANEEL, que estabelece os critérios de compartilhamento de recursos humanos entre os agentes setoriais de um mesmo grupo econômico.
- ii. **Material:** redução de 22,8% (R\$ 1.653), principalmente em: (i) manutenção de frota (R\$ 1.148), (ii) uniformes de equipamentos (R\$ 380) e (iii) ferramentas e equipamentos (R\$ 263).
- iii. **Serviços de terceiros:** redução de 5,1% (R\$ 1.572), principalmente em: (i) manutenção de máquinas e equipamentos (R\$ 3.439), (ii) serviços jurídicos (R\$ 1.317); compensado parcialmente pelo aumento em: (iii) manutenção de software e hardware (R\$ 3.035).
- iv. **Outros:** redução de 67,2% (R\$ 93.516), principalmente em: (i) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 52.228), (ii) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 51.918), (iii) registro de compensações pagas por descumprimento dos limites de continuidade (R\$ 2.531); compensado pelo aumento: (iv) perda (ganho) na alienação, desativação e outros ativos não circulantes (R\$ 10.251), (v) provisão para créditos de liquidação duvidosas (R\$ 2.783).

Amortização

Aumento de despesa de amortização de 10% (R\$ 2.970), basicamente em função do incremento de investimentos na base do ativo intangível.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 30.887, uma redução de 8,3% (R\$ 2.814) em relação ao mesmo período do ano anterior.

- i. **Receitas financeiras:** aumento de 35,1% (R\$ 5.560), principalmente em: (i) parcelamento de débitos (R\$ 1.697), (ii) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 1.282), (iii) atualização de créditos fiscais (R\$ 1.114), (iv) atualização do ativo financeiro setorial (R\$ 1.080), (v) acréscimos e multas moratórias (R\$ 587), (vi) outras receitas financeiras (R\$ 396), compensados pelas reduções: (vii) crédito de PIS e COFINS (R\$ 219).
- ii. **Despesas financeiras:** aumento de 5,5% (R\$ 2.746), principalmente pelos aumentos em: (i) atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 19.019), (ii) descontos financeiros concedidos (parcelamento de débitos) (R\$ 1.670), (iii) outras despesas financeiras (R\$ 1.614); compensados pelas reduções (iv) encargos de dívidas (R\$ 11.573) e (v) atualização de passivo financeiro setorial (R\$ 7.979).

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado neste trimestre foi uma despesa de R\$ 6.121, apresentando uma perda de 112,6% (R\$ 54.457) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 6.187, com aumento de 106,2% (R\$ 105.410), em relação ao prejuízo apurado no mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi positivo em R\$ 82.892, apresentando um aumento de 207,7% (R\$ 160.022) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	366.891	179.243
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	639.847	504.173
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	22.122	9.351
Outros tributos a compensar	7	20.577	15.023
Ativo financeiro setorial	8	165.530	20.668
Estoques		11.280	11.627
Outros créditos	11	110.687	68.373
Total do circulante		1.336.933	808.458
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	116.231	113.340
Depósitos judiciais	19	66.187	65.465
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	2.565	3.237
Outros tributos a compensar	7	32.980	28.436
Ativo financeiro setorial	8	70.050	51.461
Derivativos	29	69.906	-
Créditos fiscais diferidos	9	318.679	367.361
Ativo financeiro da concessão	10	1.333.048	1.198.822
Outros créditos	11	166	22.114
Imobilizado		13.678	24.039
Intangível	12	1.524.921	1.470.104
Total do não circulante		3.548.411	3.344.379
Total do ativo		4.885.344	4.152.837

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2018	31/12/2017
Circulante			
Fornecedores	13	506.907	405.418
Empréstimos e financiamentos	14	27.162	20.008
Debêntures	15	14.243	12.125
Entidade de previdência privada	16	21	34
Taxas regulamentares	17	69.446	77.428
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	83.148	76.443
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	-	87.565
Obrigações estimadas com pessoal		18.394	24.432
Derivativos	29	6.602	-
Outras contas a pagar	20	143.465	81.123
Total do circulante		869.387	784.576
Não circulante			
Fornecedores	13	139.096	128.438
Empréstimos e financiamentos	14	903.398	31.093
Debêntures	15	913.594	1.311.104
Entidade de previdência privada	16	80.154	77.589
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	11.504	18.839
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	173.588	82.813
Outras contas a pagar	20	105.211	112.903
Total do não circulante		2.326.545	1.762.779
Patrimônio líquido			
	21		
Capital social		1.495.084	1.495.084
Reserva de capital		103.545	103.545
Reserva legal		59.302	59.302
Ações em tesouraria		(8.056)	(8.056)
Obrigatória do dividendo não distribuído		11.479	11.479
Resultado abrangente acumulado		(47.055)	(55.872)
Lucros acumulados		75.113	-
Total do patrimônio líquido		1.689.412	1.605.482
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.885.344	4.152.837

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2018		2017	
		3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita operacional líquida	23	993.801	2.759.830	944.008	2.456.292
Custo do serviço					
Custo do serviço	24	(700.435)	(1.860.168)	(693.671)	(1.653.362)
Custo de operação	25	(72.111)	(220.139)	(88.642)	(262.720)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(87.556)	(244.399)	(111.665)	(300.347)
Lucro operacional bruto		133.699	435.124	50.030	239.863
Despesas operacionais	25				
Despesas com vendas		(30.024)	(66.038)	(21.332)	(59.562)
Despesas gerais e administrativas		(42.152)	(102.337)	(135.449)	(208.243)
Outras despesas operacionais		(18.329)	(42.398)	(7.107)	(21.322)
Resultado do serviço		43.195	224.351	(113.858)	(49.264)
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		21.391	61.364	15.831	62.322
Despesas financeiras		(52.278)	(148.642)	(49.532)	(155.843)
		(30.887)	(87.278)	(33.701)	(93.521)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		12.308	137.072	(147.559)	(142.785)
Contribuição social	9	(1.585)	(13.957)	12.802	11.350
Imposto de renda	9	(4.536)	(38.695)	35.534	31.472
		(6.121)	(52.652)	48.336	42.822
Lucro (prejuízo) líquido do período		6.187	84.420	(99.223)	(99.963)
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	11,75	160,36	(188,48)	(189,88)
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	22	-	-	(188,48)	(189,88)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais)

	2018		2017	
	3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses
Lucro (prejuízo) líquido do período	6.187	84.420	(99.223)	(99.963)
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	1.340	8.816	-	-
Resultado abrangente do período	<u>7.527</u>	<u>93.236</u>	<u>(99.223)</u>	<u>(99.963)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2018
(Em milhares de Reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros			Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Remuneração de bens e direitos	Benefício fiscal ágio mais valia	Legal	Obrigatória do dividendo não distribuído	Ações em tesouraria			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.495.084	1.089	2.475	99.981	59.302	11.479	(8.056)	(55.872)	-	1.605.482
Resultado Abrangente Total										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	84.420	84.420
Outros resultados abrangentes, risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	8.816	-	8.816
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.308)	(9.308)
Saldo em 30 de setembro de 2018	1.495.084	1.089	2.475	99.981	59.302	11.479	(8.056)	(47.055)	75.113	1.689.412

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2017
(Em milhares de Reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Resultado abrangente acumulado	Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Remuneração de bens e direitos	Legal	Obrigatória do dividendo não distribuído				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.386.558	1.089	2.475	59.302	36.701	(8.056)	(56.439)	-	1.421.630
Resultado Abrangente Total									
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	(99.963)	(99.963)
Saldo em 30 de setembro de 2017	1.386.558	1.089	2.475	59.302	36.701	(8.056)	(56.439)	(99.963)	1.321.667

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais)

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	137.072	(142.785)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	128.013	109.050
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21.372	78.038
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.751	22.077
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	56.133	191.208
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	7.383	7.377
Perda (ganho) na baixa de não circulante	21.080	20.769
	384.804	285.734
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(167.566)	77.442
Tributos a compensar	(715)	(5.135)
Depósitos judiciais	1.031	(12.270)
Ativo financeiro setorial	(162.371)	(41.312)
Contas a receber - CDE	11.002	(21.609)
Outros ativos operacionais	(77.745)	1.073
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	112.146	114.975
Outros tributos e contribuições sociais	(628)	(30.818)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(4.830)	(4.475)
Taxas regulamentares	(7.982)	7.986
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(34.952)	(13.168)
Passivo financeiro setorial	-	(53.453)
Contas a pagar - CDE	23.270	-
Outros passivos operacionais	39.976	8.481
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	115.440	313.451
Encargos de dívida e debêntures pagos	(69.156)	(14.521)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(25.200)	(80.711)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	21.084	218.219
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	(457)	-
Adições de intangível	(234.057)	(267.895)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(234.514)	(267.895)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	1.333.441	-
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(925.549)	(9.830)
Liquidação de operações com derivativos	(6.814)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	401.078	(9.830)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	187.648	(59.506)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	179.243	145.925
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	366.891	86.419

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE Sul Distribuidora de Energia S/A
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais)

	<u>9 meses 2018</u>	<u>9 meses 2017</u>
1 - Receita	4.553.133	3.997.631
1.1 Receita de venda de energia e serviços	4.322.486	3.719.361
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	244.398	300.347
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.751)	(22.077)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.451.619)	(2.403.731)
2.1 Custo com energia elétrica	(2.055.539)	(1.835.279)
2.2 Material	(125.555)	(165.430)
2.3 Serviços de terceiros	(182.045)	(190.069)
2.4 Outros	(88.480)	(212.953)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	2.101.513	1.593.900
4 - Retenções	(128.344)	(109.929)
4.1 Amortização	(107.022)	(109.929)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(21.322)	-
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.973.169	1.483.971
6 - Valor adicionado recebido em transferência	65.666	66.432
6.1 Receitas financeiras	65.666	66.432
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	2.038.836	1.550.403
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	127.235	135.236
8.1.1 Remuneração direta	72.009	81.682
8.1.2 Benefícios	49.332	43.878
8.1.3 F.G.T.S	5.894	9.676
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.664.483	1.345.675
8.2.1 Federais	760.003	556.893
8.2.2 Estaduais	903.911	788.480
8.2.3 Municipais	569	302
8.3 Remuneração de capital de terceiros	162.698	169.455
8.3.1 Juros	150.375	157.201
8.3.2 Aluguéis	12.323	12.254
8.4 Remuneração de capital próprio	84.420	(99.963)
8.4.1 Lucros (Prejuízo) retidos	84.420	(99.963)
	2.038.836	1.550.403

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE Sul" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede da Companhia está localizada na Av. São Borja, 2.801, CEP 93032-525 - Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 06 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 118 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Santa Maria, atendendo a aproximadamente 1,4 milhões de consumidores.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 exceto quanto ao descrito na nota 3 e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 5 de novembro de 2018.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote

Notas Explicativas

estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (determinados componentes financeiros que podem surgir sem metodologia prévia);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos);
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- Nota 23 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados); e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3)SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Com exceção ao descrito a seguir, as principais informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.15, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Os reflexos das mudanças nas políticas contábeis também são esperados nas demonstrações financeiras da Companhia

Notas Explicativas

para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018.

Natureza e efeito das mudanças decorrentes da aplicação das normas novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 Instrumentos Financeiros e o CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018, conseqüentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30, 17, 38, 39, 40 e interpretações relacionadas. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Os efeitos da aplicação inicial dessas normas são atribuídos principalmente:

- Às categorias de classificação para ativos e passivos financeiros, extinguindo as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda;
- Quando da marcação a mercado de passivos financeiros, ao reconhecimento do risco de crédito em outros resultados abrangentes, anteriormente registrados no resultado do período; e
- A um aumento nas perdas por *impairment* no saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecido em ativos financeiros.

CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: *Reconhecimento e Mensuração*.

a) Classificação e mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado.

Notas Explicativas

Conforme descrito na nota 3.15 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía ativos relevantes classificados como “disponíveis para venda”, de acordo com os requerimentos atuais do CPC 38. Estes ativos representam o direito à indenização ao final do prazo de concessão da Companhia. Estes ativos passaram a ser classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado de acordo com a nova norma e os efeitos da mensuração subsequente deste ativo são registrados no resultado do exercício, não havendo impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A classificação dos ativos e passivos financeiros está apresentada conforme nota 29 destas informações financeiras intermediárias.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de *hedge*). Conforme nota 3.15 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, o CPC 48 determina que os passivos financeiros designados a valor justo contra o resultado que possuem o risco de crédito como componente de seu cálculo, tenham os efeitos das mudanças neste risco de crédito registrado em outros resultados abrangentes, em vez de diretamente no resultado do exercício.

b) *Impairment* de ativos financeiros

O CPC 48 requer o modelo de perda de crédito esperada, ao contrário do modelo de perda de crédito “incorrida” mencionada no CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a empresa registre contabilmente as perdas de créditos esperadas e mudanças nessas expectativas a cada data de reporte para refleti-las desde o reconhecimento inicial. Ou seja, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38, em que não é mais necessário que o evento ocorra para que seja reconhecida a perda no crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do período. Como resultado retrospectivo da adoção deste pronunciamento a Companhia em 1º de janeiro de 2018 registrou o complemento de despesa de R\$ 14.102 registrados diretamente em Lucros Acumulados (R\$ 9.307 líquido dos efeitos tributários).

CPC 47 Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 estabelece que a receita deve ser reconhecida de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, penalidades ou similares. A Companhia é avaliada pela qualidade do serviço que presta a seus consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Quando determinados índices não são alcançados, penalidades são aplicadas à Companhia, atualmente reconhecidas como despesa operacional. Com a adoção do CPC 47, passam a se tornar uma redutora de receita, representando mera reclassificação entre linhas do resultado, sem efeitos no lucro líquido da Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2018, a compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos passou a ser registrada como receita operacional, na rubrica Outras Receitas, sendo que até 31 de dezembro 2017 era registrada em Outras Despesas Operacionais. O montante registrado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 foi R\$ 15.384 (nota 23).

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

Notas Explicativas

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados a valor justo. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ("ANEEL"). Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor atualizado nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldos bancários	20.212	49.036
Aplicações financeiras	<u>346.679</u>	<u>130.207</u>
Certificado de depósito bancário (a)	178.881	130.147
Operações compromissadas em debêntures (a)	167.798	-
Fundos de investimento (b)	-	61
Total	<u><u>366.891</u></u>	<u><u>179.243</u></u>

a) Corresponde a operações em debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,5% do CDI.

b) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, de 97% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

Notas Explicativas**(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS**

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/09/2018	31/12/2017
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	128.242	81.513	7.208	216.963	157.278
Industrial	21.052	10.276	6.756	38.085	22.885
Comercial	40.574	14.130	9.842	64.546	52.285
Rural	14.034	5.458	9.475	28.968	29.982
Poder público	12.193	5.469	1.262	18.924	12.824
Iluminação pública	1.862	1.611	6.374	9.847	5.884
Precatórios	-	-	-	-	1.871
Serviço público	12.853	57	6	12.915	9.539
Faturado	230.810	118.514	40.923	390.248	292.548
Não faturado	161.036	-	-	161.036	193.971
Parcelamento de débito de consumidores	24.488	3.854	4.943	33.284	42.312
Operações realizadas na CCEE	93.451	-	-	93.451	3.216
Concessionárias e permissionárias	5.768	-	-	5.768	4.527
Outros	827	-	-	827	11.085
	516.380	122.368	45.866	684.614	547.659
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(44.767)	(43.486)
Total				639.847	504.173
Não circulante					
Precatórios	67.209	-	-	67.209	62.534
Parcelamento de débito de consumidores	54.161	-	-	54.161	61.904
Outros	-	-	-	-	3.078
	121.370	-	-	121.370	127.516
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(5.139)	(14.176)
Total				116.231	113.340

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2017	(57.662)	(15.495)	(73.157)
Provisão revertida (constituída) liquida	(15.883)	1.148	(14.735)
Recuperação de receita	984	-	984
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	(14.102)	-	(14.102)
Baixa de contas a receber provisionadas	36.757	-	36.757
Saldo em 30/09/2018	(49.906)	(14.347)	(64.253)
Circulante	(44.767)	(14.347)	(59.114)
Não circulante	(5.139)	-	(5.139)

Notas Explicativas**(7) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	5.720	1.976
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	15.762	5.370
Imposto de renda e contribuição social a compensar	640	2.005
Imposto de renda e contribuição social a compensar	22.122	9.351
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.831	1.239
ICMS a compensar	17.668	13.311
Programa de integração social - PIS	186	84
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	858	389
Instituto nacional de seguridade social - INSS	8	-
Outros	26	-
Outros tributos a compensar	20.577	15.023
Total circulante	42.699	24.374
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	125	797
Imposto de renda a compensar - IRPJ	2.440	2.440
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.565	3.237
ICMS a compensar	27.975	24.202
Programa de integração social - PIS	773	755
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.561	3.479
Outros	671	-
Outros tributos a compensar	32.980	28.436
Total não circulante	35.545	31.673

Notas Explicativas

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2017			Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento	Saldo em 30/09/2018		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Via bandeira tarifária (nota 23.4)	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"										
CVA (*)										
CDE (**)	(44.418)	(21.100)	(65.518)	9.157	36.322	(1.275)	-	(171)	(21.142)	(21.313)
Custos energia elétrica	297.276	(47.977)	249.300	141.100	(54.041)	9.069	(25.077)	160.218	160.133	320.351
ESS e EER (***)	(139.558)	(36.750)	(176.308)	(86.722)	101.295	(7.752)	-	(68.317)	(101.168)	(169.485)
Proinfa	(7)	(1.069)	(1.076)	687	(351)	23	-	2	(719)	(717)
Rede básica	(5.086)	4.519	(566)	12.832	(3.308)	224	-	9.247	(64)	9.183
Repasso de Itaipu	164.089	(21.250)	142.839	178.895	(71.098)	8.982	-	176.820	82.797	259.617
Transporte de Itaipu	(510)	784	274	5.235	(891)	70	-	4.358	329	4.687
Neutralidade dos encargos setoriais	51.042	6.735	57.778	(37.309)	(17.834)	(807)	-	(11.117)	12.945	1.828
Sobrecontratação	(141.225)	16.362	(124.864)	(7.514)	7.572	(8.750)	-	(104.546)	(29.010)	(133.556)
Outros componentes financeiros	(2.771)	(6.958)	(9.729)	(43.873)	17.293	1.295	-	(22.487)	(12.527)	(35.014)
Total	178.832	(106.704)	72.129	172.489	14.959	1.080	(25.077)	144.007	91.574	235.580
Ativo circulante			20.668							165.530
Ativo não circulante			51.461							70.050

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1- Composição dos créditos fiscais:

	30/09/2018	31/12/2017
<u>Crédito de contribuição social</u>		
Bases negativas	49.536	49.966
Benefício fiscal do intangível incorporado	26.465	26.465
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	8.356	20.811
Subtotal	84.357	97.242
<u>Crédito de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	137.596	138.795
Benefício fiscal do intangível incorporado	73.516	73.516
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	23.211	57.807
Subtotal	234.322	270.118
Total	318.679	367.361

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, cuja composição está descrita nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia. A fim de refletir adequadamente a alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro, são registrados mensalmente créditos fiscais diferidos sobre eventuais prejuízos que possuem projeções positivas conforme referidos estudos.

9.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 não houve realização deste benefício.

Notas Explicativas

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	30/09/2018		31/12/2017	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15.590	43.305	15.334	42.595
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.066	16.849	6.583	18.287
Provisão energia livre	313	870	313	870
Programas de P&D e eficiência energética	1.105	3.069	-	-
Provisão relacionada a pessoal	377	1.047	884	2.456
Derivativos	(7.406)	(20.572)	-	-
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	512	1.423	555	1.541
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(14.391)	(39.976)	(9.216)	(25.599)
Perdas atuariais (CPC)	(405)	(1.125)	(636)	(1.766)
Instrumentos financeiros (CPC)	227	630	-	-
Outros	(1.251)	(3.472)	(626)	(1.740)
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais (CPC)	7.619	21.163	7.619	21.163
Total	8.356	23.211	20.811	57.807

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017:

	CSLL			
	2018		2017	
	3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos	12.308	137.072	(147.559)	(142.785)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	5.026	17.305	5.132	20.433
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	273	698	184	1.003
Base de cálculo	17.607	155.075	(142.243)	(121.349)
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(1.585)	(13.957)	12.802	10.921
Ajustes de base anteriores - outros	-	-	-	429
Total	(1.585)	(13.957)	12.802	11.350
Corrente	1.932	(1.004)	235	429
Diferido	(3.517)	(12.953)	12.567	10.921
	IRPJ			
	2018		2017	
	3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	12.308	137.072	(147.559)	(142.785)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	5.026	17.305	5.132	20.433
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	811	405	184	1.003
Base de Cálculo	18.145	154.782	(142.243)	(121.349)
Alíquota Aplicável	25%	25%	25%	25%
Crédito/(Débito) fiscal apurado	(4.536)	(38.695)	35.561	30.337
Ajustes de base anteriores - outros	-	-	(27)	1.134
Total	(4.536)	(38.695)	35.534	31.472
Corrente	5.235	(2.713)	626	1.134
Diferido	(9.771)	(35.982)	34.908	30.338

Notas Explicativas**(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO**

Saldo em 31/12/2017	1.198.822
Adições	81.768
Ajuste ao valor justo	59.043
Baixas	(6.585)
Saldo em 30/09/2018	1.333.048

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição “VNR” – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23) no resultado do período.

(11) OUTROS CRÉDITOS

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Adiantamentos - fornecedores	-	30	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	1.070	1.024	-	-
Ordens em curso	36.368	-	-	-
Convênios de arrecadação	-	459	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	-	22.114
Despesas antecipadas	6.709	9.257	166	-
Contas a receber - CDE	37.049	48.051	-	-
Adiantamentos a funcionários	5.353	4.084	-	-
Arrendamento, aluguéis de postes e outras receitas	20.749	18.905	-	-
Outros	17.736	2.058	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(14.347)	(15.495)	-	-
Total	110.687	68.373	166	22.114

Contas a receber – CDE – Referem-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 2.874 (R\$ 3.091 em 31 de dezembro de 2017); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 34.175 (R\$ 44.960 em 31 de dezembro de 2017) (nota 23.3).

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE (nota 17) e o contas a receber – CDE no valor de R\$ 201 (nota 23.3).

Notas Explicativas**(12) INTANGÍVEL**

	Direito de concessão			Outros ativos intangíveis	Total
	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso		
Saldo em 31/12/2017	279.552	1.003.392	164.500	22.660	1.470.104
Custo histórico	802.164	1.427.141	164.500	28.315	2.422.120
Amortização acumulada	(522.612)	(423.749)	-	(5.655)	(952.016)
Adições	-	-	236.278	-	236.278
Amortização	(21.322)	(101.334)	-	(488)	(123.144)
Transferência - intangíveis	-	65.074	(65.074)	-	-
Transferência - ativo financeiro	-	30.183	(111.951)	-	(81.768)
Baixa e transferência - outros ativos	-	47.875	(6.302)	(18.120)	23.453
Saldo em 30/09/2018	258.231	1.045.189	217.448	4.052	1.524.921
Custo histórico	802.164	2.308.214	217.448	4.540	3.332.367
Amortização acumulada	(543.933)	(1.263.025)	-	(488)	(1.807.446)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização" (nota 25).

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 foram capitalizados R\$ 1.865 (R\$ 2.463 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017) a uma taxa média de 8,23% a.a. até abril de 2018 e 8,09% a partir de maio de 2018 (nota 26).

(13) FORNECEDORES

	30/09/2018	31/12/2017
<u>Circulante</u>		
Suprimento de energia elétrica	411.315	288.375
Encargos de uso da rede elétrica	37.430	41.161
Materiais e serviços	58.162	75.882
Total	506.907	405.418
<u>Não circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	38.494	35.545
Suprimento de energia elétrica	100.602	92.893
Total	139.096	128.438

Notas Explicativas

(14) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e Marcação a Mercado	Encargos pagos	Saldo em 30/09/2018
Mensuradas ao custo						
Moeda nacional						
Pré Fixado	5.487	-	(1.699)	170	(176)	3.783
TJLP	4.482	-	(761)	201	(184)	3.737
CDI	-	7.359	(1.920)	194	50	5.684
Outros	41.132	-	(10.899)	1.275	(659)	30.849
Total ao custo	51.100	7.359	(15.279)	1.840	(969)	44.053
Mensuradas ao valor justo						
Moeda estrangeira						
Dólar	-	501.617	-	72.699	(4.247)	570.069
Euro	-	311.000	-	22.598	(697)	332.900
Marcação a mercado	-	-	-	(16.463)	-	(16.463)
Total ao valor justo	-	812.617	-	78.834	(4.945)	886.506
Total	51.100	819.976	(15.279)	80.674	(5.913)	930.560
Circulante	20.008					27.162
Não circulante	31.093					903.398

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros Anuais	30/09/2018	31/12/2017	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Moeda Nacional					
Pré fixado					
FINEP	Pré fixado de 6,85%	3.783	5.487	2013 a 2020	Fiança Bancária
		<u>3.783</u>	<u>5.487</u>		
Pós fixado					
TJLP		3.737	4.482	2016 a 2023	Fiança Bancária
FINEP	TJLP	<u>3.737</u>	<u>4.482</u>		
CDI					
Empréstimos bancários	(i) De 100,00% a 109,50% do CDI	5.684	-	2020	Aval da CPFL Energia
	(ii) CDI + 0,10% a 1,90%	<u>5.684</u>	<u>-</u>		
Outros					
Outros		30.849	41.132		
Total moeda nacional		<u>44.053</u>	<u>51.100</u>		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	USD + 3,2916% a 3,5909%	570.069	-	2021	Aval da CPFL Energia e nota promissória
		<u>570.069</u>	<u>-</u>		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + de 0,79 a 0,80%	332.900	-	2021	Aval da CPFL Energia e nota promissória
		<u>332.900</u>	<u>-</u>		
Total moeda estrangeira		<u>902.970</u>	<u>-</u>		
Marcação a mercado					
		(16.463)	-		
Total		<u>930.560</u>	<u>51.100</u>		

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 29.

Notas Explicativas

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com os CPC 48 classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 30 de setembro de 2018, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 902.970.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 30 de setembro de 2018 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 16.463, compensados pelas perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 14.054, contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram um ganho total líquido de R\$ 2.409.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
A partir de 01/10/2019	2.339
2020	12.263
2021	903.753
2022	1.390
2023	115
Subtotal	919.861
Marcação a mercado	(16.463)
Total	903.398

Adições no período:

Moeda nacional

CDI - No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia através de uma Cédula de Crédito Bancário (CCB) efetuou a captação no montante de R\$ 7.359 com parcelas de juros e amortização de principal pagos semestralmente. Os recursos captados foram destinados para reforço de capital de giro.

Moeda estrangeira

Dólar – No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia através de Lei nº 4131/1962, efetuou a captação no montante de R\$ 501.617 com juros que serão pagos trimestralmente. Os recursos captados foram destinados para reforço de capital de giro e refinanciamento de dívidas.

Euro – No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia através de Lei nº 4131/1962, efetuou a captação no montante de R\$ 311.000 com juros que serão pagos trimestralmente. Os recursos captados foram destinados para reforço de capital de giro e refinanciamento de dívidas.

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2018, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia, detentora dos contratos

Notas Explicativas

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a um índice de 3,5.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,9.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

(15) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e Marcação	Encargos pagos	Saldo em 30/09/2018
CDI	1.336.974	300.000	(910.270)	59.772	(63.242)	723.234
IPCA	-	219.600	-	1.101	-	220.701
Total ao custo	1.336.974	519.600	(910.270)	60.873	(63.242)	943.935
Gastos com captação (*)	(13.746)	(6.136)	-	3.784	-	(16.097)
Total	1.323.229	513.464	(910.270)	64.657	(63.242)	927.837
Circulante	12.125					14.243
Não Circulante	1.311.104					913.594

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos Financeiros a.a	Taxa efetiva a.a.	30/09/2018	31/12/2017	Faixa de Vencimento	Garantias
CDI	114,50% do CDI	(a)	723.234	1.336.974	2019	Fiança da CPFL Energia
	CDI + 0,48%	(a)			2020	
IPCA	IPCA + 5,80%	(b)	220.701	-	2025	Fiança da CPFL Energia
Gastos com emissão (*)			(16.097)	(13.746)		
Total			927.837	1.323.229		

(a) De 106,0 % a 120,65% do CDI

(b) IPCA + 6,31%

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Adições no período:

6ª emissão

Em 12 de dezembro de 2017, foi autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia a sexta emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, no montante total de R\$ 520.000. Em 2017, foram subscritas e integralizadas 220.000 e no primeiro trimestre de 2018, foram subscritas e integralizadas 300.000 com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) o que gerou uma captação de R\$ 300.000 (R\$ 299.677 líquida dos gastos de emissão). Os recursos líquidos obtidos serão destinados para reforço do capital de giro.

Notas Explicativas

7ª emissão

Em setembro de 2018, foram subscritas e integralizadas 219.600 debêntures, da espécie quirografária, série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) o que gerou uma captação total de R\$ 219.600 (R\$ 213.787 líquida dos gastos de emissão), com pagamento de juros semestrais. Os recursos líquidos obtidos serão destinados para investimento.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
A partir de 01/10/2019	78.768
2020	614.865
2024 a 2025	219.961
Total	913.594

Pré-pagamento no período

No período de nove meses de 2018, foram liquidados antecipadamente R\$ 910.270 das debêntures, cujos vencimentos originais eram a partir de 2019.

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

As debêntures emitidas em 2018 estão sujeitas há condições restritivas como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Para as demais debêntures, os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

16.1- Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Notas Explicativas

Passivo atuarial líquido em 31/12/2017	77.589
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	7.383
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	<u>(4.818)</u>
Passivo atuarial líquido em 30/09/2018	80.154
Outras contribuições	<u>21</u>
Total passivo	80.175
Circulante	21
Não circulante	80.154

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>9 meses de 2018</u>	<u>9 meses de 2017</u>
Custo do serviço	2.094	1.615
Juros sobre obrigações atuariais	36.165	38.195
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(30.876)</u>	<u>(32.434)</u>
Total da despesa (receita)	7.383	7.377

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base nos laudos atuariais preparados para as datas-bases de 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,51% a.a.	10,99% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,51% a.a.	10,99% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,10% a.a.	7,29% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a .a.	5,00% a .a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	4,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BREMS sb v. 2015	AT-2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light média	Light média
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	100% um ano após a primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	342	262
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	23.086	36.863
Bandeiras tarifárias e outros	<u>46.018</u>	<u>40.303</u>
Total	69.446	77.428

Conta de desenvolvimento energético – CDE: Refere-se: (i) a quota anual de CDE para o exercício de 2017 no montante de R\$ 17.582, (ii) quota destinada à devolução do aporte CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 7.601 (R\$ 7.389 em 31 de dezembro de 2017) e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 15.485 (R\$ 11.892 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE e o contas a receber – CDE (nota 11) no montante de R\$ 201.

Bandeiras tarifárias e outros – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), cujo valor a receber foi registrado através da emissão das faturas de energia (nota 23.4).

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	40.556	37.572
Programa de integração social - PIS	4.737	3.560
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	21.910	16.479
PIS/COFINS parcelamento	10.747	10.349
Outros	5.198	8.483
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>83.148</u>	<u>76.443</u>
Total circulante	<u>83.148</u>	<u>76.443</u>
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS parcelamento	11.504	18.839
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>11.504</u>	<u>18.839</u>
Total Não circulante	<u>11.504</u>	<u>18.839</u>

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/09/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	53.127	45.583	64.185	45.499
Cíveis	39.754	7.263	52.200	7.716
Fiscais	27.925	13.340	21.847	12.039
Regulatórios	52.413	-	31.778	-
Outros	368	-	368	212
Total	<u>173.588</u>	<u>66.187</u>	<u>170.378</u>	<u>65.465</u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/09/2018
Trabalhistas	64.185	8.441	(6.801)	(17.030)	4.332	53.127
Cíveis	52.200	4.973	(7.316)	(14.576)	4.473	39.754
Fiscais	21.847	5.479	(3.929)	(254)	4.782	27.925
Regulatórios	31.778	21.563	(1.039)	(3.093)	3.204	52.413
Outros	368	-	-	-	-	368
Total	170.378	40.456	(19.084)	(34.953)	16.791	173.588

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Perdas possíveis: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, ou seja, é mais provável do que não (*"more likely than not"*) de que não haja desembolso para estes casos devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, estavam assim representadas:

	30/09/2018	31/12/2017	Principais causas
Trabalhistas	125.664	82.024	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	439.456	273.113	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	106.427	111.209	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social
Regulatório	35.782	21.239	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	707.329	487.585	

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Consumidores e concessionárias	16.749	10.068	48.163	44.473
Programa de eficiência energética - PEE	53.585	13.177	16.307	27.770
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	19.768	5.839	9.297	11.169
EPE / FNDCT / PROCEL	5.326	3.531	-	-
Descontos tarifários - CDE	23.270	25.208	-	-
Folha de pagamento	1.204	5.378	-	-
Participação nos lucros	4.217	-	-	-
Convênios de arrecadação	12.242	10.682	-	-
Outros	7.104	7.240	31.444	29.491
Total	143.465	81.123	105.211	112.903

Notas Explicativas**(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	402.775	402.775	76,39
CPFL Comercialização Brasil S/A	123.676	123.676	23,46
Ações em tesouraria	815	815	0,15
Total	527.266	527.266	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

(22) LUCRO POR AÇÃO

22.1 Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados:

	2018		2017	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Numerador				
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	6.187	84.420	(99.223)	(99.963)
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	526.451	526.451	403.644	403.644
Ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	-	-	122.807	122.807
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	11,75	160,36	(188,48)	(189,88)
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	-	-	(188,48)	(189,88)

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2018		2017	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	580.700	1.667.807	423.639	1.436.654
Industrial	165.767	428.094	131.886	403.558
Comercial	214.064	661.252	171.155	598.697
Rural	67.467	314.414	63.717	288.377
Poderes públicos	43.490	122.689	32.593	105.539
Iluminação pública	28.554	72.268	19.770	59.260
Serviço público	39.581	105.422	28.515	89.611
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	(6.745)	(24.300)
Fornecimento faturado	1.139.624	3.371.945	864.530	2.957.396
Fornecimento não faturado (líquido)	(8.721)	(40.993)	(2.695)	(72.843)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(465.568)	(1.944.359)	(381.348)	(1.301.810)
Fornecimento de energia elétrica	665.334	1.386.594	480.487	1.582.743
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	25.047	48.056	3.081	13.621
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(6.301)	(12.334)	-	-
Energia elétrica de curto prazo	118.496	157.730	147.583	270.240
Suprimento de energia elétrica	137.242	193.452	150.664	283.861
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	471.869	1.956.693	381.348	1.301.810
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	86.147	231.925	56.142	182.303
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(4.809)	(15.384)	-	-
Receita de construção da infraestrutura de concessão	87.555	244.398	111.665	300.347
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	93.673	187.448	189.414	95.337
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)	18.590	57.508	(10.932)	-
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares	77.657	265.305	60.653	234.484
Outras receitas e rendas	11.548	58.946	12.371	36.290
Outras receitas operacionais	842.230	2.986.839	800.661	2.150.571
Total da receita operacional bruta	1.644.807	4.566.884	1.431.812	4.017.175
Deduções da receita operacional				
ICMS	(316.602)	(903.520)	(234.479)	(788.002)
PIS	(25.469)	(72.389)	(18.393)	(59.039)
COFINS	(117.311)	(333.426)	(84.718)	(271.936)
ISS	(49)	(83)	-	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(143.619)	(402.563)	(110.588)	(339.028)
Programa de P & D e eficiência energética	(8.877)	(24.552)	(8.362)	(21.354)
PROINFA	(4.557)	(12.937)	(3.836)	(13.476)
Bandeiras tarifárias	(33.496)	(54.747)	(26.644)	(65.742)
Outros	(1.026)	(2.838)	(784)	(2.306)
	(651.005)	(1.807.054)	(487.804)	(1.560.883)
Receita operacional líquida	993.801	2.759.830	944.008	2.456.292

Notas Explicativas

Receita de operações com energia elétrica - em GWh	2018		2017	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Classe de consumidores				
Residencial	642	2.075	618	2.029
Industrial	220	634	234	697
Comercial	234	829	249	849
Rural	126	936	240	1.081
Poderes públicos	50	158	48	153
Iluminação pública	61	177	57	168
Serviço público	54	164	52	159
Fornecimento faturado	1.386	4.974	1.498	5.136
Consumo próprio	1	2	1	2
Fornecimento de energia elétrica	1.387	4.976	1.499	5.138
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	122	251	12	52
Energia elétrica de curto prazo	243	345	384	858
Suprimento de energia elétrica	365	597	396	910

Nº de consumidores	30/09/2018	30/09/2017
Classe de consumidores		
Residencial	1.146.599	1.119.902
Industrial	7.052	7.221
Comercial	84.941	87.160
Rural	109.282	108.285
Poderes públicos	8.973	9.035
Iluminação pública	114	111
Serviço público	1.199	1.000
Consumo Próprio	91	92
Total	1.358.251	1.332.806

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

23.2 - Revisão Tarifária Periódica ("RTP"), Reajuste Tarifário Anual ("RTA") e Ajuste para reversão do Encargo de Energia de Reserva ("EER") de Angra III

Em 17 de abril de 2018, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.385, relativo a quarta revisão tarifária periódica - RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2018, em 18,45%, sendo 11,57% referentes ao reajuste tarifário econômico e 6,88% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 22,47%.

Em 13 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") nº 2.218, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 18 de abril de 2017, em -0,20%, sendo 2,95% referentes ao reajuste tarifário econômico e -3,15% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -6,43%.

A ANEEL aprovou por meio da Resolução Homologatória nº 2.214, de 28 de março de 2017 a republicação das Tarifas de Energia – TE e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD, com o objetivo de devolução da previsão do EER da central geradora UTN Almirante Álvaro Alberto – Unidade III (Angra III). O efeito médio percebido pelos consumidores foi negativo de -13,76% (conforme divulgado pela própria ANEEL). As tarifas resultantes desta reversão ficaram vigentes somente no mês de abril de 2017, no entanto, como o período de leitura do faturamento de cada unidade consumidora não coincide com o mês civil, essa redução se deu na receita faturada de abril e maio de 2017, tendo seu impacto diluído entre os dois períodos.

Notas Explicativas

23.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

Todos os detalhes referente ao aporte de CDE estão divulgados na nota 23.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, foi registrada receita de R\$ 265.305 (R\$ 234.484 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017), sendo (i) R\$ 12.789 (R\$ 14.889 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 246.342 (R\$ 214.137 período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017) referentes a outros descontos tarifários e (iii) R\$ 584 (R\$ 5.458 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 5.590 de subvenção CCRBT em contrapartida na rubrica contas a receber – CDE (nota 11).

23.4 - Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias está descrito na nota 23.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, a ANEEL homologou as Bandeiras Tarifárias faturadas de novembro de 2017 a julho de 2018. O montante homologado nesse período foi de R\$ 70.402. Deste montante R\$ 25.077, referente a novembro e dezembro de 2017, foram utilizados para compensar parte do ativo e passivo financeiro setorial (nota 8) e R\$ 45.325 referente a homologação de janeiro a julho de 2018, em função do Despacho de Encerramento nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017, foram classificados como constituição de ativo e passivo financeiro setorial. O montante de R\$ 46.018 referente a Bandeira Tarifária faturada de agosto e setembro de 2018 não foi homologado e está registrado em taxas regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da REH nº 2.358, de 19 de dezembro de 2017, alterada pela REH nº 2.368 de 09 de fevereiro de 2018, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes do ano de 2018. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Contudo, a ANEEL por meio da Audiência pública nº 37/2018 revisou o orçamento de 2018 e estabeleceu nova quota de CDE – USO, para os meses de setembro a dezembro de 2018, bem como manteve inalterada a quota de CDE – Energia, conforme REH nº 2.446 de 04 de setembro de 2018. Adicionalmente, por meio da REH nº 2.004, de 15 de dezembro de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, cujos valores foram atualizados pela REH nº 2.231 de 25 de abril de 2017, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período de abril de 2017 a março de 2018, a mesma resolução definiu também os valores para o período de abril de 2018 a março de 2020.

Notas Explicativas

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2018		2017	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	127.460	343.983	99.134	294.557
PROINFA	11.019	34.253	11.633	32.929
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	556.343	1.344.142	557.082	1.308.999
Crédito de PIS e COFINS	(62.139)	(150.836)	(60.484)	(148.254)
Subtotal	632.683	1.571.542	607.365	1.488.231
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	74.325	247.549	88.252	172.287
Encargos de transporte de Itaipu	12.015	33.695	11.040	16.147
Encargos de conexão	12.403	32.187	8.330	24.559
Encargos de uso do sistema de distribuição	1.145	3.765	1.590	4.230
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	(25.231)	(18.191)	(12.924)	(31.905)
Encargos de energia de reserva - EER	-	20.289	-	-
Crédito de PIS e COFINS	(6.906)	(30.667)	(9.983)	(20.188)
Subtotal	67.752	288.627	86.305	165.130
Total	700.435	1.860.168	693.671	1.653.362

(*) Conta de Energia de Reserva

	2018		2017	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda - GWh				
Energia de Itaipu Binacional	477	1.411	494	1.470
PROINFA	42	120	46	129
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	1.464	4.842	1.598	5.245
Total	1.982	6.372	2.138	6.844

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	3º Trimestre													
	Custo de operação				Custo do serviço prestado a terceiros				Despesas Operacionais				Total	
	2018	2017	2018	2017	Vendas		Gerais e administrativas		Outros		2018	2017		
Pessoal	24.249	26.844	-	-	9.276	7.067	6.315	2.067	-	-	39.840	35.978		
Entidade de previdência privada	2.461	2.466	-	-	-	-	-	-	-	-	2.461	2.466		
Material	5.070	6.562	1	-	862	841	(339)	(156)	-	-	5.594	7.247		
Serviços de terceiros	6.600	13.523	-	-	6.021	4.869	16.726	12.529	-	-	29.349	30.921		
Amortização	30.997	28.164	-	-	177	446	1.506	1.100	-	-	32.680	29.710		
Custos com construção da infraestrutura	-	-	87.555	111.665	-	-	-	-	-	-	87.555	111.665		
Outros	2.734	11.083	-	-	13.687	8.109	17.942	119.909	18.329	7.107	52.692	146.208		
Taxa de arrecadação	-	2.915	-	-	3.310	-	-	-	-	-	3.310	2.915		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	10.340	7.557	-	-	-	-	10.340	7.557		
Arrendamentos e aluguéis	2.756	3.981	-	-	-	34	901	(128)	-	-	3.657	3.887		
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	279	-	-	-	279	-		
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	16.100	60.312	-	-	16.100	60.312		
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	117	-	-	-	117	-		
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	7.107	7.107	7.107	7.107		
Outros	(22)	4.187	-	-	36	518	545	59.725	11.222	-	11.781	64.430		
Total	72.111	88.642	87.556	111.665	30.024	21.332	42.152	135.449	18.329	7.107	250.172	364.195		

	9 meses													
	Custo de operação				Custo do serviço prestado a terceiros				Despesas Operacionais				Total	
	2018	2017	2018	2017	Vendas		Gerais e administrativas		Outros		2018	2017		
Pessoal	71.495	77.277	-	-	26.688	23.614	20.758	16.369	-	-	118.941	117.260		
Entidade de previdência privada	7.363	7.377	-	-	-	-	-	-	-	-	7.363	7.377		
Material	12.045	18.524	1	-	2.204	2.786	1.275	1.728	-	-	15.525	23.038		
Serviços de terceiros	20.048	36.519	-	-	13.360	15.840	48.632	40.795	-	-	82.030	93.154		
Amortização	101.536	82.235	-	-	563	1.529	4.592	3.964	-	-	106.691	87.728		
Custos com construção da infraestrutura	-	-	244.398	300.347	-	-	-	-	-	-	244.398	300.347		
Outros	7.633	40.788	-	-	23.233	15.793	27.080	145.387	42.398	21.322	100.344	223.290		
Taxa de arrecadação	-	8.741	-	-	9.292	-	-	-	-	-	9.292	8.741		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	13.751	22.077	-	-	-	-	13.751	22.077		
Arrendamentos e aluguéis	8.583	12.715	-	-	-	(128)	2.481	(418)	-	-	11.064	12.169		
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	866	678	-	-	866	678		
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	21.277	83.732	-	-	21.277	83.732		
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	434	36	-	-	434	36		
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	21.322	21.322	21.322	21.322		
Outros	(950)	19.332	-	-	190	(6.156)	2.023	61.359	21.076	-	22.339	74.535		
Total	220.139	262.720	244.399	300.347	66.038	59.562	102.337	208.243	42.398	21.322	675.311	852.194		

Notas Explicativas**(26) RESULTADO FINANCEIRO**

	2018		2017	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	3.154	9.491	2.966	12.741
Acréscimos e multas moratórias	12.115	37.794	11.528	42.586
Atualização de créditos fiscais	1.114	2.563	-	-
Atualização de depósitos judiciais	910	1.753	791	2.354
Atualizações monetárias e cambiais	847	5.456	(435)	365
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	17	43	-	-
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	1.080	1.080	-	-
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.312)	(4.329)	(1.093)	(4.109)
Outros	3.466	7.513	2.074	8.385
Total	21.391	61.364	15.831	62.322
Despesas				
Encargos de dívidas	(21.447)	(78.804)	(31.693)	(108.757)
Atualizações monetárias e cambiais	(28.650)	(52.548)	(9.631)	(17.631)
(-) Juros capitalizados	908	1.865	778	2.463
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	2.521	-	(5.458)	(18.310)
Outros	(5.611)	(19.155)	(3.528)	(13.608)
Total	(52.278)	(148.642)	(49.532)	(155.843)
Resultado financeiro	(30.887)	(87.278)	(33.701)	(93.521)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,23% a.a. até abril de 2018 e, a partir de maio de 2018 a taxa média é de 8,09% a.a. sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 56.488 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 (nota 29).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 30 de setembro de 2018, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S/A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S/A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, da controladora e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 237 (R\$ 129 no período de nove meses findo em 30 de

Notas Explicativas

setembro de 2017). Este valor é composto por R\$ 237 (R\$ 129 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017) referente a benefícios de curto prazo.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:

Empresas	Passivo		Despesa/custo	
	30/09/2018	31/12/2017	9 Meses 2018	9 Meses 2017
Encargos de Rede básica				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	20	13.131	12.423	10.339

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A, são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Despesa/custo	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	9 meses 2018	9 meses 2017
Alocação de despesas entre empresas						
Companhia Paulista de Força e Luz	545	-	1.000	-	5.541	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	183	-	796	-	5.966	-
Companhia Jaguarí de Energia	89	-	57	-	(19)	-
Rio Grande Energia S.A.	374	-	251	-	(817)	-
CPFL Energia S.A.	11	-	-	-	(108)	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	2	-	-	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	1	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel						
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	20	3	13	-
Intangível, materiais e prestação de serviço						
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	1.099	-	5.783	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	1.126	3.688	7.781	2.339
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	5.144	921	5.156	5.963	8
Compra e venda de energia e encargos						
Rio Grande Energia S.A.	-	-	557	605	3.765	4.025
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	18	8	9	88
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	6	8	64	67
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	1.848	387	2.483	3.169
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	173	82	424	729
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	456	283	1.121	1.853
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	3.084	1.910	7.552	12.347
CPFL Renováveis - Consolidado	54	-	-	-	71	465
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	26	15
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	22	-
Outros						
Instituto CPFL	-	-	-	-	200	336

Notas Explicativas

(28) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	30/09/2018	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	366.891	366.891
Derivativos	29	(a)	Nível 2	69.906	69.906
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	Nível 3	1.333.048	1.333.048
Total				1.769.845	1.769.845
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(b)	Nível 2 (***)	44.054	49.169
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	14	(a)	Nível 2	886.506	886.506
Debêntures - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	927.837	707.915
Derivativos	29	(a)	Nível 2	6.602	6.602
Total				1.864.999	1.650.192

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 16.463 nos 9 meses findos em 30 de setembro de 2018.

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Notas Explicativas

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 são de R\$ 59.043 (perdas de R\$ 52.381 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de setembro de 2018 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos ⁽²⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional	
	Ativo	Passivo							Valores justos, líquidos
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	54.682	-	54.682	63.240	(8.558)	US\$ + de 3,29% a 3,59%	104,8% a 106,2% do CDI	abr/21 a mai/21	501.617
Empréstimos bancários - Lei 4.131	15.224	-	15.224	20.720	(5.496)	Euro + de 0,79 a 0,80%	105,1% a 105,8% do CDI	jun/21	311.000
	69.906	-	69.906	83.960	(14.054)				
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo									
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	-	(4.900)	(4.900)	92	(4.992)	IPCA + 5,80%	104,3% do CDI	ago/25	219.600
Hedge variação de taxa de juros⁽¹⁾									
Debêntures/Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(1.702)	(1.702)	(1.763)	61	CDI	juros de 6,69% a 7,65%	jan/19	1.100.000
	-	(1.702)	(1.702)	(1.763)	61				
Total	69.906	(6.602)	63.304	82.289	(18.985)				
Circulante	-	6.602							
Não circulante	69.906	-							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14 e 15.

⁽¹⁾ Os *swaps* para *hedge* de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida.

⁽²⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

Notas Explicativas

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2017	Atualização monetária e cambial e Marcação a Mercado	Liquidação	Saldo em 30/09/2018
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	-	77.146	6.814	83.960
Para dívidas não designadas a valor justo	-	(1.671)	-	(1.671)
Marcação a mercado (*)	-	(18.985)	-	(18.985)
Total	-	56.490	6.814	63.304

(*) Os efeitos no resultado de 2018 referente aos ajustes ao valor justo (marcação a mercado) dos derivativos são: (i) perda de R\$ 14.054 para as dívidas designadas a valor justo, (ii) perda de R\$ 4.931 para as dívidas não designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado abrangente			
	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2018		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Varição de taxas de juros	(760)	(1.671)	-	-
Marcação a mercado	(5.829)	(4.932)	9	1
Varição cambial	30.739	77.146	-	-
Marcação a mercado	3.796	(14.054)	-	-
Total	27.947	56.488	9	1

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de setembro de 2018 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa) no resultado		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(560.486)		(27.968)	119.145	266.259
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	568.585		28.373	(120.866)	(270.106)
	8.099	baixa dolar	405	(1.721)	(3.847)
Instrumentos financeiros passivos	(326.021)		(26.967)	61.280	149.527
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	331.279		27.402	(62.268)	(151.939)
	5.258	baixa euro	435	(988)	(2.412)
Total	13.357		840	(2.709)	(6.259)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			756	(2.772)	(6.300)
Efeitos no resultado do período			84	63	41

(a) A taxa de câmbio considerada em 30.09.2018 foi de R\$ 4,00 para o dólar e R\$ 4,65 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 4,20 e R\$ 5,04, e a depreciação cambial de 4,99% e 8,27%, do dólar e do euro respectivamente em 30.09.2018.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de setembro de 2018 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (Despesa) no resultado		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	348.159				27.644	34.555	41.466
Instrumentos financeiros passivos	(728.918)				(57.876)	(72.345)	(86.814)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	93.007				7.385	9.231	11.077
	(287.752)	alta CDI	6,69%	7,94%	(22.847)	(28.559)	(34.271)
Instrumentos financeiros passivos	(3.985)				(261)	(327)	(392)
	(3.985)	alta TJLP	6,73%	6,56%	(261)	(327)	(392)
Instrumentos financeiros passivos	(220.701)				(10.439)	(7.829)	(5.220)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	220.470				10.428	7.821	5.214
Ativo financeiro da concessão	1.333.048				63.053	47.290	31.527
	1.332.817	baixa IPCA	4,44%	4,73%	63.042	47.282	31.521
Ativos e passivos financeiros setoriais	235.580				18.776	14.082	9.388
	235.580	baixa SELIC	6,55%	7,97%	18.776	14.082	9.388
Total	1.276.660				58.710	32.478	6.246
Efeitos no resultado do período					58.710	32.478	6.246

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 93.099.

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, o montante de R\$ 1.865 (R\$ 2.463 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 26).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí

13024-001 - Campinas/SP – Brasil

Edifício Dahruj Tower

Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores e Acionistas da

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2017 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 07 de março de 2018 sem modificação e às demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente do período de três e nove meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses do trimestre findo em 30 de setembro de 2017 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 26 de outubro de 2017, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Campinas, 05 de novembro de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de setembro de 2018;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de setembro de 2018.

São Leopoldo, 5 de novembro de 2018.

José Carlos Saciloto Tadiello

Diretor Presidente

Gustavo Estrella

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de Freitas

Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Operações

Roberto Sartori

Diretor Comercial

André Luiz Gomes da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de setembro de 2018;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de setembro de 2018.

São Leopoldo, 5 de novembro de 2018.

José Carlos Saciloto Tadiello

Diretor Presidente

Gustavo Estrella

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de Freitas

Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Operações

Roberto Sartori

Diretor Comercial

André Luiz Gomes da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios